



Carta de Descartes a Mersenne

Amsterdam, 15 de abril de 1630¹

Senhor e Reverendo Padre,

Vossa carta datada de 14 de março, que é aquela, creio, a qual com custo me foi entregue dez ou doze dias após; mas porque vós me fizestes esperar outras na viagem seguinte, e porque não havia senão oito dias que vos havia escrito, adiei para vos responder, até agora, após ter recebido vossas últimas datadas de 4 de abril. Eu vos peço para crer que me sinto infinitamente grato por todos os bons ofícios que vós me proporcionastes, os quais são em demasiado grande número para que eu vos possa agradecer cada um em particular, mas eu vos asseguro que satisfarei em contrapartida tudo o que desejardes de mim, tanto quanto estiver em meu alcance; e não deixarei de vos informar sempre os lugares onde estarei, desde que, por favor, não falais de modo algum, e mesmo vos peço para de preferência eliminar do que aumentar a opinião de que tenho projeto de escrever, daqueles que a poderiam ter; pois vos juro que, se eu não tivesse anunciado ter esse projeto por isso poderia dizer que eu não seria capaz de terminá-lo, nunca me resolveria a fazê-lo. Não sou tão selvagem a ponto de não ficar contente, se se pensar em mim, com que se tenha uma boa opinião, mas preferiria que não se pensasse em mim de forma alguma. Temo mais a reputação do que a desejo, porque acredito que ela diminui sempre de alguma maneira a liberdade e o tempo livre daqueles que a adquirem, duas coisas que possuo tão perfeitamente e as estimo de tal maneira que não haja de modo algum no mundo monarca que fosse suficientemente rico para de mim comprá-las. Isso não me impedirá de acabar o pequeno tratado que comecei, mas não desejo que dele se saiba, a fim de ter sempre a liberdade de abandoná-lo; e nele trabalho muito lentamente, porque tenho muito mais prazer em instruir a mim mesmo, do que em escrever o pouco que sei. Estudo agora em química e em anatomia tudo conjunto, e aprendo todos os dias alguma coisa que não encontro dentro dos livros. Eu queria já ter chegado às pesquisas das doenças e dos remédios, a fim de encontrar algum para vossa erisipela, da qual sinto muito que vós estejas tanto tempo acometido. De resto passo lentamente o tempo instruindo a mim mesmo, que nunca me ponho a escrever em meu tratado por pressão, e para saldar a resolução que tomei que é, se eu morrer, colocar em estado de vos enviar no começo do ano de 1633. Eu vos determino um tempo para a isso me dedicar mais, e para que vós me possais questionar se lá estiver faltando. De resto vós espantareis que eu tome um longo prazo para escrever um discurso que será curto, que imagino se alguém poderá ler em um momento depois do jantar; mas é que tenho mais cuidado e creio que é mais importante que eu aprenda o que me é necessário para a conduta da minha vida, que me divirta em publicar o pouco que aprendi.

[...]

¹ B Let 138-148; AT I 135-147

Para vossa questão de teologia, ainda que ultrapasse a capacidade de meu espírito, não me parece contudo fora de minha profissão, porque ela não toca de modo algum aquilo que depende da revelação, o que nomeio propriamente teologia; mas ela é antes metafísica e se deve examinar pela razão humana. Ora, estimo que todos aqueles a quem Deus deu o uso dessa razão são obrigados a empregá-la principalmente para procurar conhecê-lo e para conhecer a si mesmos. É por aí que tenho procurado começar meus estudos; e vos direi que eu nunca teria sido capaz de encontrar os fundamentos da física se eu não os tivesse procurado por essa via. Mas é a matéria que dentre todas eu mais tenho estudado, e na qual, graças a Deus, estou de algum modo satisfeito; ao menos, penso ter descoberto como se pode demonstrar as verdades metafísicas de uma maneira mais evidente que as demonstrações de Geometria; digo isso segundo meu juízo, pois não sei se poderei persuadir os outros. Os nove primeiros meses que estive neste país não trabalhei em outra coisa, e creio que já me ouvistes falar anteriormente que eu tivera a intenção de escrever alguma coisa a respeito; mas não julgo conveniente fazê-lo se eu não tiver visto antes como a Física será recebida. Se, todavia, o livro do qual vós falastes fosse alguma coisa muito bem feita e se caísse em minhas mãos, por tratar de matérias tão perigosas e que estimo tão falsas, se o relato que dele vós fizestes for verdadeiro sentir-me-ia talvez obrigado a responder-lhe imediatamente. Mas não deixarei de me referir em minha física a várias questões metafísicas e particularmente a esta: Que as verdades matemáticas, as quais nomeais eternas, foram estabelecidas por Deus e dele dependem inteiramente, assim como todo o resto das criaturas. É, com efeito, falar de Deus como de um Júpiter ou Saturno e o submeter ao Estige e aos destinos dizer que essas verdades são independentes dele. Não temais, de modo algum, vos rogo, assegurar e publicar em todo lugar, que é Deus que estabelece essas leis na natureza, assim como um rei estabelece leis em seu reino. Ora, não há nenhuma delas em particular que não possamos compreender se nosso espírito se põe a considerá-la, e elas são todas *inatas para as nossas mentes*, assim como um rei imprimiria suas leis no coração de todos os seus súditos se ele tivesse também tal poder. Ao contrário, não podemos compreender a grandeza de Deus, ainda que a conheçamos. Mas o fato mesmo de que a julgamos incompreensível nos faz estima-la ainda mais; assim como um rei tem mais majestade quando é menos familiarmente conhecido por seus súditos, desde que, todavia, não pensem por isso estarem sem rei, e que eles o conhecem suficientemente para disso não duvidar de modo algum. Dir-se-á que se Deus tivesse estabelecido essas verdades, ele as poderia mudar como um rei faz com suas leis; ao que é necessário responder que sim, se sua vontade puder mudar. - Mas as compreendo como eternas e imutáveis. - E eu julgo o mesmo de Deus. - Mas sua vontade é livre. - Sim, mas sua potência é incompreensível; e geralmente podemos bem assegurar que Deus pode fazer tudo o que podemos compreender, mas não que ele não pode fazer o que não podemos compreender; pois seria temeridade pensar que nossa imaginação tem tanta extensão quanto sua potência. Espero escrever isso, mesmo antes de quinze dias, em minha física; mas eu não vos peço para manter isso em segredo; pelo contrário, eu vos convido a dizer tão frequentemente quanto a ocasião para tanto se apresentar, desde que seja sem me nomear, pois eu folgarei em saber as objeções que se poderiam fazer contra, e também para que o mundo se acostume a ouvir falar de Deus mais dignamente, do que dele, como me parece, fala o vulgo, que o imagina quase sempre como uma coisa finita.

Mas a propósito do infinito, vós me propúnheis uma questão em vossa carta de 14 de março, que é tudo o que eu encontro a mais nessa última. Vós dizíeis que se havia uma linha infinita, ela teria um número infinito de pés e de metros e, por conseguinte, que o número infinito dos pés seria seis vezes maior que o número dos metros. - *Concedo inteiramente.* - Então esse último não é infinito. - *Nego a consequência.* - Mas um infinito não pode ser maior do que o outro. - Por que não? *O que há de absurdo?* Principalmente se é somente maior na razão finita, como no caso presente, onde

a multiplicação por seis é uma razão finita que não se refere em nada ao infinito. Além disso, por qual razão temos de julgar se um infinito pode ser maior que o outro ou não? Visto que ele cessaria de ser infinito, se o pudéssemos compreender. Conceda-me a honra de vossas boas graças. Sou

Vosso muito humilde e muito afeiçoado servidor

Descartes.

De Amsterdã, 15 de abril de 1630.

Não partirei daqui antes de um mês.

Tradução: Alexandre Guimarães Tadeu de Soares (UFU) e Suellen Caroline Teixeira
Nota: Fábio Baltazar do Nascimento Júnior (UFU)

Nota

A carta a Mersenne de 15 de abril de 1630 contém a primeira menção à teoria da criação das verdades eternas, que se desenvolve em outras cartas² e aparece, fora da correspondência e explicitamente, nas *Quintas Respostas* (B Op I 1185; AT VII 380) e nas *Sextas Respostas* (B Op I 1224-1227; AT VII 431).

Podemos explicar sumariamente algumas questões relevantes para o contexto da teoria, que tem implicações cujo desenvolvimento ultrapassa largamente as pretensões de uma breve nota introdutória. Não obstante, é certo que um interlocutor direto³ e importante de Descartes é, nessa questão, o filósofo jesuíta espanhol Francisco Suárez (1548-1617). Em suas *Disputas Metafísicas*, mais precisamente na seção XII da sua *Disputatio XXXI*, Suárez discute amplamente o problema da separação entre a essência criada e a sua existência, distinguindo entre a essência atual (*essentia actualis*) e a verdade da essência (*veritas essentiae*). Enquanto a primeira demanda uma causa eficiente, porque não é separável da existência, a segunda é uma verdade eterna e incriada, porque é uma proposição que simplesmente dá à essência os seus atributos como, por exemplo, *todo homem é um animal*. Em outras palavras, mesmo que não haja nenhum homem, a essência *homem* tem, entre seus atributos, a animalidade.

Para Suárez, algo não pode ser feito por meio da vontade divina e ser, ao mesmo tempo, necessário.⁴ Segue-se dessa incompatibilidade que nem mesmo um ser onipotente poderia tornar falsa uma proposição como aquela, que atribuísse *animal* à essência *homem*. Em suma, a criação das verdades necessárias seria uma contradição, pois o que é voluntário opõe-se ao que se faz *ex necessitate*.

Descartes repensa tais limites lógico-metafísicos, que antes eram transpostos como regras para o próprio poder divino, como relativos ao nosso intelecto finito. Como consequência, a necessidade e a impossibilidade tornam-se conceitos que, embora operatórios na ciência, pois não somos capazes de pensar, por exemplo, uma contradição, não serão noções usadas para pensar com segurança algo como a extensão do poder divino. As verdades necessárias são, para Descartes,

2 *A Mersenne, 6 de maio de 1630* (B Let 151; AT I 149); *A Mersenne, 27 de maio de 1630* (B Let 153; AT I 151); *A Beeckman, 17 de outubro de 1630* (B Let 165; AT I 165); *A Mersenne, 27 de maio de 1638* (B Let 677; AT II 138); *A Mesland, 2 de maio de 1644* (B Let 1913-1915; AT IV 118-119); *Para Arnauld, 29 de julho de 1648* (B Let 2581; AT V 223-224); *A More, 15 de abril de 1649* (B Let 2619-2621; AT V 272-274). Neste dossiê, além de trecho da carta a Mersenne de 15 de abril de 1630, publicamos traduções de trechos relevantes das cartas a Beeckan, de 1630, a Mesland, de 1644, a Arnauld, de 1648 e a More, de 1649.

3 Para um panorama de teorias modais em Descartes e predecessores como Suárez, Scotus e Ockham, conferir. Alanen, L. e Knuutila, (1998).

4 *Disp. XXXI, XII, 40.*

igualmente criadas, de modo que Deus seria o Rei que estabeleceria as leis tanto da física matemática quanto do nosso intelecto. Usar estas leis - por exemplo, as leis lógicas - para tentar estabelecer limites para Deus seria como tentar compreender o infinito usando o finito.

A teoria da criação das verdades eternas apresenta problemas exegéticos de difícil solução. Por exemplo, o problema de saber se há, no pensamento de Descartes, algo que seja necessário absolutamente e não apenas *ex hypothesi*.⁵ Ou ainda o problema de como interpretar as modalidades lógicas no pensamento cartesiano.⁶ Em todo caso, é na carta a Mersenne que a teoria aparece pela primeira vez, ainda que de modo menos radical, já que Descartes parece referir-se, na carta de 15 de abril de 1630, às leis da física matemática. Mais tarde, o autor estenderá o raciocínio inclusive aos princípios da lógica.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

5 Cf. J. Bouveresse. *La théorie du possible chez Descartes*. Revue internationale de philosophie, XXXVII, (1983), pp. 293-310.

6 Cf. Bennet, J. *Descartes's Theory of Modality*. The Philosophical Review, 103, 4. 1994. pp. 639-667.